

Intitulos ambientais

Um enfoque ambiental da análise de Amartya Sen nos estados brasileiros

Daniela D. Kühn
Igor Kühn

I L P E S



NAÇÕES UNIDAS

C E P A L

Este documento foi preparado por Daniela Kühn D., Professora Adj. no Departamento de Ciências Econômicas da UFSM. Economista, doutora em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS e Igor Kühn Economista. Professor Substituto no Colégio Politécnico da UFSM, Mestrando em Modelagem Matemática da UNIJUÍ.

O documento foi elaborado no marco das Primeiras Jornadas de Planejamento Econômico e Social 2013, organizadas pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). A revisão e preparação de todos os trabalhos foi levada a cabo por Paulina Pizarro, sob a coordenação geral de René A. Hernández.

Agradecem-se os comentários e o apoio do comitê liderado por Jorge Máttar, Diretor do ILPES, e integrado por Rudolf Buitelaar, René A. Hernández, Luis Miguel Galindo, Eduardo Aldunate, Luis Mauricio Cuervo, Sergio González, Juan Francisco Pacheco, Daniel Perrotti, Luis Rizzo, Carlos Sandoval, Alicia Williner e Lucy Winchester.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a posição da CEPAL. Este documento não foi submetido à revisão editorial.

Índice

Resumo	5
Introdução	7
I. Abordagem das capacitações, intitulos e a questão ambiental	9
II. Aspectos metodológicos	13
III. Os intitulos ambientais nos estados brasileiros: uma visão geral	17
IV. Perspectivas para a realização de políticas públicas: alterando os intitulos ambientais	23
V. Considerações gerais	25
Bibliografia	27
Anexo.....	29

Índice de quadros

Quadro 1	Variáveis indicativas de intitulos associados à segurança ambiental.....	14
Quadro 2	Variáveis indicativas de intitulos associados à condição ambiental	15
Quadro 3	Ocorrência por variável analisada no Brasil.....	18
Quadro 4	Segurança ambiental, média percentual de municípios com disponibilidade de intitulos por região brasileira	19
Quadro 5	Condição ambiental, média percentual de municípios com disponibilidade de intitulos por região brasileira	20
Quadro A.1	Quantidade de municípios associados a cada uma das variáveis do grupo segurança ambiental-meio	30
Quadro A.2	Quantidade de municípios associados a cada uma das variáveis do grupo condição ambiental-fins.....	31

Resumo

A distinção entre o processo socioeconômico identificado como o de crescimento e aquele caracterizado como de desenvolvimento tem sido um dos enfoques principais na discussão em torno de políticas capazes de promover um deles (ou ambos) na sociedade. A distinção principal, sugerida na Abordagem das Capacitações, refere-se à identificação de meios e fins. A partir dessa percepção, a proposta deste trabalho é tratar essa distinção para perceber a condição ambiental a que as pessoas estão submetidas. A partir da caracterização da distinção entre meios (segurança ambiental) e fins (condição ambiental), considerados aqui como intitulos ambientais, o trabalho apresenta situações identificadas nos estados brasileiros. Entre os resultados, pode-se destacar a preocupação com alterações ambientais ocorridos nos recursos hídricos, importante fonte energética brasileira, bem como a heterogeneidade das alterações ambientais percebidas no país. Por fim, discute-se a possibilidade de alteração de quadros ambientais considerados ruins a partir da realização de políticas públicas.

Palavras-chave: Intitulos Ambientais; Abordagem das Capacitações.

JEL: Q56; Q20; Q38

Introdução

Há algumas décadas já se tem consolidada a separação entre os processos de crescimento e de desenvolvimento. De uma maneira geral, é bem aceita a distinção que evidencia o processo de crescimento econômico associado à necessidade constante de aumentos de produtividade de determinada economia, bem como o desenvolvimento associado à noção de um aumento geral da qualidade de vida das pessoas que vivem em determinada sociedade. Partindo dessa generalização teórica, pode-se perceber uma infinidade de aspectos que podem, então, ser classificados como de impacto ou impactados nos processos de crescimento e desenvolvimento ou em ambos (mas sempre atentando para as diferenças nesses processos). Isso significa dizer que, o processo de desenvolvimento pode ou não implicar e abranger um processo de crescimento econômico. Neste caso, o inverso também é verdadeiro. Ou seja, processos de destacado crescimento podem não estar direta e imediatamente associados ao desenvolvimento¹.

Além dessa distinção socioeconômica, a noção de desenvolvimento leva a análise (ou pelo menos à percepção) da questão ambiental. Ou seja, a melhoria da qualidade de vida da maioria da população não pode mais prescindir de uma avaliação em termos ambientais.

O processo de industrialização e de produção de mercadorias (e a geração de todo o tipo de resíduos daí decorrente) tem causado uma série de problemas ambientais –apelidados na teoria econômica hegemônica de externalidades negativas– que começam a representar, em alguns locais, uma redução na qualidade de vida da população.

Ao longo das décadas mais recentes, uma série de esforços vem acontecendo no sentido de melhorar a compreensão da dinâmica dos processos socioeconômicos que envolvem o crescimento e o desenvolvimento. Entre essas tentativas teóricas, é possível destacar a Abordagem das Capacitações, desenvolvida inicialmente pelo economista indiano Amartya Sen. O ponto de partida do autor para a compreensão do processo de desenvolvimento procura analisar a quantidade e a qualidade de oportunidades a que os agentes sociais estão expostos ao longo da sua vida. Essas oportunidades podem ou não ser apropriadas pelo indivíduo, a partir da escolha individual, evidenciando um processo de desenvolvimento social. O exemplo mais conhecido utilizado pelo próprio autor para

¹ O caso da economia brasileira no período da ditadura militar (iniciado em meados da década de 1960 encerrado em meados dos anos 1980) é um exemplo de um processo de dinâmica e reprodução social em que o crescimento não “redundou” em um período de desenvolvimento para a nação brasileira. Ou seja, a produção gerada não obteve uma melhoria da qualidade de vida do país, pelo contrário, significou um período de concentração de renda.

apresentar a situação refere-se à situação biológica de fome. Segundo a ilustração de Sem (2000) podemos imaginar duas pessoas que estão sem se alimentar. Uma não come por questões estéticas ou de religião, a outra por não condição de acessar a nenhum gênero alimentício. Ainda que a situação biológica e física entre os dois seres humanos possam ser a mesma (“fotografia do momento”), a distinção fundamental entre eles é que um pode, a qualquer momento tomar a decisão de alimentar-se e o outro não. Expandir a capacitação de uma pessoa é um processo associado ao aumento das possibilidades de escolha que ela tem.

Essa forma de compreender o processo de desenvolvimento, além de uma série de possibilidade de análises, permite a discussão ética sobre os processos de reprodução social que se apresentaram historicamente até então. Dessa discussão, surge a possibilidade de identificar as condições a que o agente social está submetido para a tomada da decisão.

Neste sentido, poder-se-ia imaginar que essa abordagem permite uma tentativa de entrosamento entre a estrutura e ação, pois o agente toma a decisão, a partir da condição socioeconômica a que está submetido. Em termos ambientais, a abordagem representa uma possibilidade de avaliação interessante. Considerando que a discussão ambiental recorrentemente apresenta a reprodução de boas (ou no mínimo, parecidas) condições de sobrevivência e de acesso a serviços ambientais, parece ser possível apresentá-la em termos de capacitações. Ou seja, as oportunidades ambientais vêm expandindo ou reduzindo a capacitação das pessoas? Neste momento, de discussão, há evidente separação entre os processos de crescimento e desenvolvimento. O aumento do processo de urbanização em uma cidade, por exemplo, possivelmente está associado ao crescimento econômico, entretanto, há um limite a ser considerado. Não faltam exemplos desse caso, nas grandes metrópoles, como queda na qualidade do ar, aumento de doenças infecciosas, aumento dos congestionamentos, etc.

Considerando a redução das oportunidades ambientais a que as pessoas estão submetidas, é preciso discutir em que medida há possibilidade de construção de uma estrutura de proteção dessas oportunidades para a geração futura. Essencialmente, quem se encarrega dessa possível proteção é a administração pública. A análise da atuação em termos de criação e manutenção das condições para uma possível igualdade de oportunidades pode ser feita a partir do conceito seniano de intitulamento.

Havendo a possibilidade de identificação dos intitulentos, seria possível perceber em que condições os agentes sociais tomam suas decisões e sofrem as suas consequências.

Neste sentido, a análise proposta no trabalho procura evidenciar a configuração dos intitulentos ambientais nos estados brasileiros. Ou seja, em que condições, a população dos estados conseguem tomar suas decisões, em termos ambientais. Para isso, além dessa breve introdução e das considerações finais, serão apresentadas quatro seções neste artigo. A primeira seção discute os aspectos teóricos envolvidos na análise, apresentados os principais aspectos e conceitos da Abordagem das Capacitações, entre quais já é possível destacar: liberdades constitutivas; funcionamentos, grupo capacitário, intitulentos. A segunda seção do artigo caracteriza o objeto do qual se ocupa essa discussão e apresenta a fundamentação teórica desta abordagem de análise. A terceira discussão

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_1015

